



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 49/2011
MODALIDADE - PREGÃO ELETRÔNICO
PROCESSO Nº 0.00.002.001424/2011-32
UASG - 590001

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasnet.gov.br

DATA: 12/12/2011

HORÁRIO: 13 HORAS

Obs: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico, salvo comunicação do Pregoeiro em sentido contrário.

O CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, sediado no SHIS QI 03, lote A, blocos B, E e G, - Lago Sul, e no SAS (Setor de Autarquias Sul), Quadra 03, Bloco J, Asa Sul, em Brasília-DF, torna público, por meio de seu Pregoeiro Tiago Mota Avelar Almeida, instituído pela Portaria CNMP nº 120, de 22 de agosto de 2011, do Senhor Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, que no dia 12 de dezembro de 2011 às 13 horas (horário de Brasília), ou no mesmo horário do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nessa data, através do endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, que realizará licitação do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, exclusivamente para microempresas e empresas de pequeno porte, em atendimento ao artigo 6º do Decreto nº 6.204/2007, para aquisição de material de Tecnologia da Informação, incluindo os serviços de assistência técnica “on-site” e garantia para os itens 1, 2, 7 e 11. A presente licitação será regida pela Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Lei nº 8.666 de 21/06/1993, pelo Decreto nº 3.555 de 08/08/2000, Decreto 5.450, de 31/05/2005, Decreto nº 5.504 de 05/08/2005, MPOG/IN nº 02/08 e 04/10, Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006 e Decreto nº 7.174/2010, no que couber, com as devidas alterações, e demais normas pertinentes.

1 - CONDIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

1.1.1 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto



descritas no COMPRASNET e as especificações técnicas constantes deste Edital, prevalecerão as constantes do Edital.

1.2 Os trabalhos serão conduzidos por servidor(a) do Conselho Nacional do Ministério Público, denominado Pregoeiro(a), com certificação digital.

2 - DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto a **aquisição de material de Tecnologia da Informação, incluindo os serviços de garantia e assistência técnica “on-site” para os itens 1, 2, 7 e 11**, conforme especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência) e as condições estabelecidas, que fazem parte integrante deste edital, para todos os fins e efeitos:

- Termo de Referência - Anexo I;
- Planilha de Formação de Preço - Anexo II;
- Declaração de Regularidade - Anexo III;
- Termo de Garantia e Assistência Técnica - Anexo IV.

3 - DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar desta licitação **EXCLUSIVAMENTE** as **MICROEMPRESAS - ME** e **EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP**, qualificadas como tais nos termos do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006 e que, em observância ao disposto no art. 6º, do Decreto nº 6.204/2007, explorem ramo de atividade compatível com o objeto licitado e que atendam às condições exigidas neste Edital e seus anexos, e estejam devidamente credenciadas, por meio do sítio www.comprasnet.gov.br, para acesso ao sistema eletrônico e, para tanto, atendidas as seguintes exigências:

a) Estarem devidamente **CADASTRADAS** e **HABILITADAS** no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

b) Atendam às demais exigências deste Edital e seus anexos.

3.2 Não poderá participar desta licitação:

a) consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

b) empresa apenada com a suspensão do direito de licitar, cuja suspensão tenha sido imposta pelo ente realizador do presente certame;

c) empresa apenada com o impedimento de contratar, cuja penalidade tenha sido imposta pelo ente realizador do presente certame;

d) empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos limites determinados pelo inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93;



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

e) empresa que estiver em recuperação judicial, processo de falência ou sob regime de concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

3.3 Todos os documentos exigidos na presente licitação devem estar em nome da empresa licitante e no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor competente, quando for o caso.

3.3.1 Não poderão participar deste Pregão empresas que tenham como sócio, gerente ou diretor, membro ou servidor (este quando ocupante de cargo de direção) do Conselho Nacional do Ministério Público e ou do Ministério Público da União, e seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, conforme dispõe o art. 4º da Resolução nº 01 do CNMP, de 7 de novembro de 2005 e art. 1º da Resolução nº 7 do CNMP, de 17 de abril de 2006 (Anexo III do Edital).

4 - DO CREDENCIAMENTO

4.1 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no sítio www.comprasnet.gov.br.

4.2 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico, não cabendo ao provedor ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros (art. 3º, §§ 5º e 6º, Decreto nº 5.450/2005).

4.3 O uso da senha de acesso pela licitante é de sua exclusiva responsabilidade, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, devendo a licitante comunicar formalmente ao provedor do sistema qualquer irregularidade quanto ao uso da mesma (art.3º, Parágrafo 5º, do Decreto nº 5.450/2005).

4.4 Tratando-se de microempresa ou empresa de pequeno porte (ME ou EPP), para que essas possam gozar dos benefícios previstos nos capítulos V, da Lei Complementar 123, de 14/12/2006, é necessário que, à época do credenciamento, manifestem cumprir plenamente os requisitos para classificação como tal, nos termos do art. 3º do referido diploma legal.

4.5 O licitante apto ao exercício do direito de preferência estabelecido no Decreto n.º 7.174/2010 deverá declarar, em campo próprio do sistema, que atende aos requisitos previstos na legislação.

4.6 Quem prestar declaração falsa na manifestação de que trata o item anterior sujeitar-se-á à penalidade prevista no item 11 deste Edital.

5 - DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS



5.1 A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante (art. 13, inciso III, Decreto nº 5.450/2005).

5.2 Incumbirá à licitante, ainda, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (art. 13, inciso IV, Decreto nº 5.450/2005).

5.3 A participação no Pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, o que ocorrerá a **PARTIR DA DIVULGAÇÃO DA LICITAÇÃO ATÉ A ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO, NO DIA 12/12/2011, às 13 horas** (horário de Brasília), exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

5.4 Como requisito para a participação no Pregão, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital e seus anexos (art.21, § 2º, Decreto nº 5.450/2005).

5.4.1 As licitantes também deverão declarar em campo próprio do sistema eletrônico que cumprem os requisitos legais para a qualificação como ME ou EPP, e que não se encontram alcançadas por quaisquer das hipóteses previstas no § 4º do art. 3º da LC nº 123/2006.

5.5 Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada (art. 21, § 4º, do Decreto nº 5.450/05).

5.6 Concluída a etapa de lances a empresa detentora do menor lance, deverá encaminhar sua proposta contendo as especificações detalhadas do objeto, no prazo máximo de 02 (duas) horas, contado a partir do encerramento da etapa de lances, com preços unitários e total atualizados (no máximo com duas casas decimais) em conformidade com os lances eventualmente ofertados. A comprovação dar-se-á, preferencialmente, por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema Comprasnet ou para o endereço eletrônico cpl@cnmp.gov.br ou, ainda, via FAX nº (61) 3224-8192, com posterior encaminhamento do Original (via Sedex) ou Cópia autenticada no prazo de 72 (setenta e duas) horas, no endereço constante no item 10.1 do presente Edital, devendo constar:

a) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;

b) Especificação clara e completa, ou seja, detalhamento do objeto, observadas as especificações básicas constantes do Termo de Referência - Anexo I do Edital.

5.7 Os Preços unitário e total, devem ser compatíveis com os preços praticados no mercado, conforme estabelece o art. 43, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, expresso em moeda corrente



nacional (R\$), considerando as quantidades constantes do Anexo I deste Edital;

5.8 A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

5.9 Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do presente Edital e seus anexos, que sejam omissas ou que apresentem irregularidades insanáveis.

5.10 Serão desclassificadas as propostas e excluídos os lances que ofereçam preços excessivos ou inexequíveis, podendo o Pregoeiro realizar diligências para averiguação dos mesmos.

5.10.1 O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de cinco dias úteis contados da notificação.

06 - DA RECEPÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1 A partir das 13h (treze horas) do dia 12/12/2011, data e horário previstos no preâmbulo do Edital, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico nº 49/2011, com a divulgação das propostas de preços recebidas e início da etapa de lances.

6.2 Não se admitirá proposta que apresentar preço global simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatível com os preços de mercado, ainda que este Edital não tenha estabelecido limites mínimos.

6.3 A desclassificação da proposta de preços será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

07 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO e ESCLARECIMENTOS

7.1 Até o dia 7/12/2011, 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica.

7.1.1 Pregoeiro decidirá sobre a **impugnação** no prazo de 24 horas e, sendo acolhida, será definida e publicada nova data para realização do certame.

7.2 Os **pedidos de esclarecimentos** referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, **até o dia 6/12/2011**, 3 (três) dias úteis anteriores a data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, via correio eletrônico: cpl@cnmp.gov.br

08 - DA FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1 Aberta a etapa competitiva, com a classificação das propostas pelo Pregoeiro, o



licitante poderá encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o mesmo imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor (art. 24, do Decreto nº 5.450/05).

8.2 O licitante poderá oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

8.3 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema eletrônico.

8.4 Se ocorrerem dois ou mais lances do mesmo valor, terá preferência na contratação, para todos os efeitos, aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar, podendo, ao preço do primeiro colocado, ser registrados outros licitantes que aderirem a este preço.

8.5 Durante o transcurso da sessão pública, o licitante será informado, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada à identificação do detentor do lance.

8.6 A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, através do Pregoeiro, aos licitantes, após o que transcorrerá o tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.7 Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, bem assim decidir sobre sua aceitação, sendo a negociação acompanhada pelos demais licitantes.

8.8 O Pregoeiro poderá anunciar o licitante vencedor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após a negociação e decisão pelo Pregoeiro, acerca da aceitação do lance de menor valor.

8.9 Encerrada a etapa de lances da sessão pública, os licitantes deverão acompanhar a etapa de ACEITAÇÃO, permanecendo *on-line* para a resposta de dúvidas por parte do Pregoeiro, bem como eventual negociação de valores.

8.10 No caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva deste Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

8.11 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão deste Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes através do sítio www.comprasnet.gov.br

8.12 Concluída a etapa de lances a empresa detentora do menor lance, deverá comprovar



a situação de regularidade, no prazo máximo de 02 (duas) horas, preferencialmente por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema Comprasnet, ou para o endereço eletrônico cpl@cnmp.gov.br ou, ainda, via FAX nº (61) 3224-8192, conforme endereço constante no item 10.1 do presente Edital.

8.12.1 Os documentos a serem apresentados para o cumprimento desta exigência são os relacionados no item 10 deste Edital.

9 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1 No julgamento das propostas, após a etapa de lances, a classificação se dará em ordem crescente dos preços apresentados, sendo considerada vencedora a proposta que cotar o menor preço global por lote, sendo aceitas somente duas casas decimais.

9.2 O lançamento dos valores da proposta inicial no sistema Comprasnet é de responsabilidade do LICITANTE, qualquer falha ou erro no lançamento implicará na desclassificação da proposta tendo como justificativa valores irrisórios ou erro material.

9.3 Os limites máximos aceitáveis para a contratação serão conforme a tabela abaixo:

LOTE 1			
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	ESPECIFICAÇÕES
1	LTO Ultrium 4 800GB Data Cartridge	24	Capacidade do Cartucho (mínimo): 800 GB (1.6 TB com 2:1 compressão) Tamanho da fita: 820 m Tamanho do cartucho: 102.0 mm x 105.4 mm x 21.5 mm
2	Discos SATA 1TB	9	Interface:SATA 3Gb/s; Cache: 32MB; Capacidade: 1TB; Características Físicas: Altura: 26.1mm; Largura: 101.6mm; Comprimento: 146.99mm; Características de Performance : Velocidade de rotação (mínima): 7200 RPM; Latência Média(máxima): 4.16ms; Tempo de busca para leitura (aleatória): 8.5ms; Tempo de busca para escrita (aleatória): 9.5ms;



			Características de Confiabilidade: Taxa anual de falha: 0.73% (mínima) Compatibilidade: Storage IBM DS 4700
VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL DO LOTE			R\$ 11.022,30

LOTE 2			
Item	Descrição	Qtd.	Especificações
3	Patch Cord Categoria 5e com conectores RJ45	400	Atender a norma ANSI/EIA/TIA 568A e ao boletim técnico TIA/EIA TSB40-A em todos os aspectos (características elétricas, mecânica, etc.) Deve ter conectores modulares de 8 posições do tipo RJ45 de ambos os lados De acordo com o item 6.3 do TSB40A e com o item 10.5.3 da ANSI/EIA/TIA 568A os patch cords devem utilizar um cordão de 4 pares, flexível, com condutores multifilares de 24 AWG. Cor: Azul Listado pelos Laboratórios UL. Suportar taxas de transmissão de até 155 Mbps Deve atender os requisitos de Categoria 5, conforme o item 6.4 do TIA/EIA TSB40-A, que referencia o TIA/EIA TSB36. A pinagem deve estar de acordo com o item 6.3.2 da TIA/EIA TSB40-A, e utilizar a opção T568B. Tamanho 1,5m
4	Patch Cord Categoria 6e com conectores RJ45	100	Atender a norma ANSI/EIA/TIA 568A e ao boletim técnico TIA/EIA TSB40-A em todos os aspectos (características elétricas, mecânica, etc.) Deve ter conectores modulares de 8 posições do tipo RJ45 de ambos os lados De acordo com o item 6.3 do TSB40A e com o item 10.5.3 da ANSI/EIA/TIA 568A os patch cords devem utilizar um cordão de 4 pares, flexível, com condutores multifilares de 24 AWG. Cor: Azul Listado pelos Laboratórios UL.



			<p>Suportar taxas de transmissão de até 155 Mbps</p> <p>Deve atender os requisitos de Categoria 5, conforme o item 6.4 do TIA/EIA</p> <p>TSB40-A, que referencia o TIA/EIA TSB36.</p> <p>A pinagem deve estar de acordo com o item 6.3.2 da TIA/EIA TSB40-A, e utilizar a opção T568B.</p> <p>Tamanho 5m</p>
5	Patch Cord Categoria 6e com conectores RJ45	150	<p>Atender a norma ANSI/EIA/TIA 568A e ao boletim técnico TIA/EIA TSB40-A em todos os aspectos (características elétricas, mecânica, etc.)</p> <p>Deve ter conectores modulares de 8 posições do tipo RJ45 de ambos os lados</p> <p>De acordo com o item 6.3 do TSB40A e com o item 10.5.3 da ANSI/EIA/TIA 568A os patch cords devem utilizar um cordão de 4 pares, flexível, com condutores multifilares de 24 AWG.</p> <p>Cor: Azul</p> <p>Listado pelos Laboratórios UL.</p> <p>Suportar taxas de transmissão de até 155 Mbps</p> <p>Deve atender os requisitos de Categoria 5, conforme o item 6.4 do TIA/EIA</p> <p>TSB40-A, que referencia o TIA/EIA TSB36.</p> <p>A pinagem deve estar de acordo com o item 6.3.2 da TIA/EIA TSB40-A, e utilizar a opção T568B.</p> <p>Tamanho 4m</p>
6	Patch Cord Categoria 5e com conectores RJ45	150	<p>Atender a norma ANSI/EIA/TIA 568A e ao boletim técnico TIA/EIA TSB40-A em todos os aspectos (características elétricas, mecânica, etc.)</p> <p>Deve ter conectores modulares de 8 posições do tipo RJ45 de ambos os lados</p> <p>De acordo com o item 6.3 do TSB40A e com o item 10.5.3 da ANSI/EIA/TIA 568A os patch cords devem utilizar um cordão de 4 pares, flexível, com condutores multifilares de 24 AWG.</p> <p>Cor: Azul</p> <p>Listado pelos Laboratórios UL.</p>



			Suportar taxas de transmissão de até 155 Mbps Deve atender os requisitos de Categoria 5, conforme o item 6.4 do TIA/EIA TSB40-A, que referencia o TIA/EIA TSB36. A pinagem deve estar de acordo com o item 6.3.2 da TIA/EIA TSB40-A, e utilizar a opção T568B. Tamanho 2,5m
VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL DO LOTE			R\$ 12.158,00

LOTE 3			
Item	Descrição	Qtd.	Especificações
8	Caixa de Ferramentas para manutenção de equipamentos de informática	2	Todas as ferramentas deverão ser desmagnetizadas; Conjunto com 20 peças ou mais contendo no mínimo as seguintes ferramentas: - Estojo para guardar as ferramentas - Alicate bico fino - Alicate diagonal - Cortador de fios - Ferro de soldar 30W (somente 220V) - Chave Phillips nº 0 - Chave Phillips nº 1 - Chave de Fenda reversível p/ Phillips nº 2 e 1/4 - Chave de Fenda reversível p/ T10/T15 torx - Chave de fenda 1/4" - Chave de fenda 3/16 " - Chave de Porca 1/8" - Chave de Porca 3/16" - Extrator - Tubo p/ peças sobressalentes - Pinça p/ chips anti-estática - Pinça c/ 3 dentes - Pinça T1 p/ soldar e segurar - Inserir de chip anti-estático
9	Kit de Ferramentas de	2	Conjunto com 30 Peças (chave de fenda de precisão), contendo



	Precisão para equipamentos de informática		no mínimo. Tamanho do conjunto destas chave: - 2,5 / 3,0 / 3,5 / 4,0 / 4,5 / 5,0 / 5,5 milímetros - T4 / T5 / T6 / T7 / T8 / T10 / T15 - PH00 / PH0 / PH1 / PH2 - 1,5 / 2,0 / 2,5 / 3,0 / 4,0 - 2.3 - 1.5 / 2.0 - 2,6 m - 3.0 - 1.0mm
10	Testador de Cabos RJ45 e RJ11	2	▪ - Equipamento para medir a continuidade de cabos de rede padrão RJ45 e cabos telefônicos padrão RJ11. - Permite verificar cabos de grandes extensões.
VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL DO LOTE			R\$ 390,66

LOTE 4			
Item	Descrição	Qtd.	Especificações
7	Baterias para notebook DELL VOSTRO 1310	6	Bateria de 9 células de lithium-ion; Tensão: 11.1V Potência aparente: 6.200mAh Potência real: 69Wh
VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL DO LOTE			R\$ 1.734,00

LOTE 5			
Item	Descrição	Qtd.	Especificações
11	Leitoras Óticas (scanner de mão)	50	<ul style="list-style-type: none">• Possibilitar os dois tipos de acionamento através do gatilho ou com feixe luminoso contínuo;• fonte de luz mínimo 650nm +/- 10nm;• velocidade de varredura/leitura mínimo 60 varreduras (leituras) por segundo;• contraste: máximo 35%;• distância de leitura: mínimo 1cm - máximo 20cm;



			<ul style="list-style-type: none">• tamanho do cabo: mínimo de 1,5m;• resistência a queda: mínimo 1,5m;• simbologia mínima desejada: UPCA E, código 39, código 39 ASCII completo, codabar, pharma code, intercalado 2 de 5, matrix 2 de 5, código 93, código 128, EAN 128, MSI, EAN 8/13, plessy RSS 14, código 49, código de barras 3 de 9 (true type);• corrente máxima: 100mA;• Características de compatibilidade: interface USB;• Características físicas, elétricas e ambientais: carcaça em material rígido e resistente, carcaça contendo número de série, marca e modelo, acabamento externo com pintura uniforme sem deformações e arestas cortantes; possuir suporte apropriado para a pistola quando na condição de descanso; O equipamento deve possibilitar com o leitor ligado diversas programações que deverão ficar armazenadas em dispositivo de memória mesmo após perdas de energia.• Equipamentos novos e de primeiro uso.• Serão instalados em microcomputadores com SO: Windows XP e superior.
VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL DO LOTE			R\$ 6.000,00

9.4 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências de Habilitação, o pregoeiro examinará a melhor proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital. Também nessa etapa o pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.5 Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, após a habilitação e julgamento de recursos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço, e o licitante será declarado vencedor, sendo convocado para assinatura do contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido neste Edital.

9.6 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, salvo por motivo justo



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

9.7 O pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências, julgadas necessárias à análise das propostas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.

9.8 No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9 Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital e seus anexos, a proposta será desclassificada.

9.10 Na fase de Aceitação da Proposta, o Pregoeiro poderá solicitar ao licitante vencedor a reapresentação de sua proposta comercial, caso detecte falha sanável na mesma.

9.11 Será recusada a proposta do licitante vencedor da fase de lances que esteja em desacordo com os requisitos estabelecidos neste instrumento convocatório, que deixe de atender às exigências nele contidas, que se oponha a quaisquer dispositivos legais vigentes, que consigne preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, preços global ou unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zero, e ainda, que apresente irregularidades insanáveis.

10 - DA HABILITAÇÃO

10.1 Encerrada a etapa de lances, e sendo aceitável a proposta classificada em primeiro lugar, a proponente encaminhará ao Conselho Nacional do Ministério Público a documentação referente à HABILITAÇÃO, no prazo máximo de 02 (duas) horas, **preferencialmente, por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema Comprasnet ou para o endereço eletrônico cpl@cnmp.gov.br ou ainda via FAX nº (61) 3224-8192** e, num prazo de até 72 (setenta e duas) horas, prorrogáveis por motivo de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado, apresentará os documentos originais, juntamente com a Proposta de Preços atualizada e as respectivas Declarações ao CNMP, sito ao endereço SAS Quadra 03, Bloco J - Sala 110 - CEP nº 70070-030 (Comissão Permanente de Licitação), em envelope fechado e rubricado no fecho, com os seguintes dizeres em sua parte externa e frontal:

**CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
CEP: 70.070-030
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2011
PROCESSO Nº 0.00.002.001424/2011-32**



**ENVELOPE COM DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA COMERCIAL
RAZÃO SOCIAL E CNPJ**

10.1.1 A habilitação das licitantes será verificada nos seguintes sistemas/cadastros, sem prejuízo dos demais documentos exigidos neste Edital:

- a) SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores;
- b) CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas da CGU (Portal da Transparência do Governo Federal <http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis/>); e
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Improbidade Administrativa do CNJ - Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

10.2 Para habilitação no presente pregão serão exigidos os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade de FGTS - CRF);
- b) prova de regularidade para com a Seguridade Social (Certidão Negativa de Débito - CND);
- c) prova de regularidade para com as Fazendas Federal (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União fornecidas pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conjuntamente, nos termos do Decreto n.º 6.106/2007 e IN/RFB n.º 734/07), Estadual e Municipal ou Distrital, conforme o domicílio ou sede da licitante, admitida a certidão positiva com efeito de negativa ou outra equivalente na forma da lei;
- d) certidão negativa de falência, recuperação judicial ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- e) declaração firmada pela licitante de que não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos (Lei n.º 9.854/99). A declaração deve ser fornecida de acordo com o modelo anexo ao Decreto n.º 4.358/02.

10.3 Para as licitantes inscritas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, a comprovação referida nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d”, do item 10.2 poderá ser efetuada mediante consulta on line ao Sistema. A regularidade para com a fazenda Estadual e a certidão exigida na alínea “d” do item anterior quando não constantes do cadastro no Sistema deverão ser atendidas, também, pelos licitantes cadastrados no SICAF.

10.4 Caso algum dos documentos de habilitação apresentados na licitação esteja vencido, o Pregoeiro poderá, conforme lhe faculta o § 3º do art. 43 da Lei n.º 8.666/93, efetuar consulta ao órgão



responsável pela emissão do documento, para verificação de sua regularidade.

10.5 A verificação em sítios oficiais de órgão e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

10.6 Será assegurado ao licitante já cadastrado no SICAF, que esteja com algum documento vencido no referido sistema, o direito de apresentar a documentação, original ou cópia autenticada, atualizada e regularizada na própria sessão.

10.7 As licitantes não cadastradas no SICAF que apresentarem Certificado de Registro Cadastral - CRC, expedido por qualquer órgão ou entidade pública ficarão dispensados de apresentar os documentos de que tratam as alíneas “a”, “b” e “c” do item 1, deste Capítulo.

10.8 Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.9 A não regularização da documentação, no prazo previsto no item acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666 de 21/06/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a retirada da Nota de Empenho, Assinatura do Contrato ou revogar a licitação.

10.10 A licitante deverá declarar quaisquer fatos supervenientes à inscrição cadastral impeditivos de sua habilitação.

10.11 Para fins de habilitação, a licitante deverá apresentar, ainda, a seguinte documentação complementar:

a) Declaração expressa do responsável pela firma de que ela não está impedida de participar de licitações promovidas por órgãos ou entidade pública (em campo próprio do sistema Comprasnet);

b) Declaração de ciência e concordância com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem assim de cumprimento pleno dos requisitos habilitatórios previstos (em campo próprio do sistema Comprasnet);

c) Declaração de que é microempresa e empresa de pequeno porte, se for o caso, e que, sob as penas da Lei, cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 e está apta a usufruir do tratamento favorecido nos arts. 42 a 49 da referida Lei Complementar (em campo próprio do sistema Comprasnet).

10.12 Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta, ou contrariar



qualquer dispositivo deste Edital e seus anexos, poderá o Pregoeiro considerar o proponente INABILITADO.

10.13 Os documentos deverão ter validade expressa ou estabelecida em Lei, admitidos como válidos, no caso de omissão, os emitidos a menos de noventa dias.

10.14 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

10.15 Os documentos apresentados com validade expirada, se não for falta sanável, acarretarão a INABILITAÇÃO do proponente.

10.16 Deverá o licitante indicar, juntamente com os documentos comprobatórios da habilitação, endereço eletrônico para onde serão encaminhadas todas as comunicações pertinentes ao processo de licitação e à execução do respectivo contrato, expedidas pelo CNMP e a ele endereçadas.

10.16.1 O licitante se responsabilizará pelo endereço fornecido, de modo que, qualquer alteração deste endereço eletrônico deverá ser comunicada ao CNMP, considerando-se válida toda correspondência por este enviada ao endereço constante dos autos.

10.16.2 Em se tratando de comunicação enviada pelo correio eletrônico, considera-se intimado o licitante no primeiro dia útil seguinte ao envio, iniciando-se a contagem do prazo do dia imediatamente posterior ao da intimação.

11 - DAS PENALIDADES

11.1 O licitante vencedor que descumprir quaisquer das cláusulas ou condições do presente edital ficará sujeito às penalidades previstas nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93.

11.2 Conforme o disposto no art. 28 do Decreto nº 5.450, de 31/05/2005, o licitante vencedor que, dentro do prazo de validade de sua proposta, negar-se a retirar a nota de empenho, deixar de assinar o termo de contrato quando exigido, deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou APRESENTAR DOCUMENTAÇÃO FALSA, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá ficar impedido de licitar e contratar com a União e, se for o caso, poderá ser descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.

11.3 Além do previsto no subitem anterior, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas e pela verificação de quaisquer das situações previstas no art. 78, incisos I a XI da Lei 8.666/93, a Administração poderá, resguardados os procedimentos legais pertinentes, aplicar as seguintes sanções, conforme art. 87 da Lei 8.666/93, sem prejuízo de outras:

a) advertência;



b) Multa:

I) em caso de atraso na entrega dos equipamentos, será cobrada multa no valor de 0,7% por dia de atraso, calculada sobre o valor total dos equipamentos em mora, limitada a 30 (trinta) dias.

II) em caso de atraso na solução do atendimento técnico, será cobrada multa no valor de 0,3% por dia de atraso para cada chamado não solucionado, calculada sobre o valor do equipamento, limitado a 30 (trinta) dias. Poderá haver mais de um chamado aberto simultaneamente por equipamento, razão pela qual poderá haver a cobrança cumulativa de multas sobre o atraso no atendimento técnico.

III) pelo descumprimento dos prazos limites estipulados nos itens anteriores, será aplicada multa de 0,1% sobre o valor total do contrato, além da multa estipulada no item originalmente descumprido.)

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por até 02 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

11.4 As penalidades previstas neste Edital são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou no caso de multa cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, garantida prévia defesa (art. 87, § 2º, Lei nº 8.666/93).

11.5 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

11.6 Comprovado o impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pelo CNMP, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.

11.7 A multa, aplicada após regular processo administrativo, será cobrada administrativamente deduzindo-se do valor da Fatura Mensal ou descontada da garantia prestada, e não sendo suficiente, o valor poderá ser inscrito como Dívida Ativa e cobrado judicialmente.

11.8 Previamente à aplicação das multas previstas nos subitens acima ou de qualquer outra sanção, poderá a licitante apresentar defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da data em que for notificada a respeito.

11.9 Da aplicação das sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93 e demais penalidades caberá recurso, representação ou pedido de reconsideração, nos termos do art. 109 da supramencionada



Lei, sendo assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

11.10 O setor responsável pelo objeto desta licitação deverá informar à Coordenadoria de Administração a ocorrência de fatos que possam motivar a aplicação das sanções previstas neste item, sob pena de responsabilidade.

11.11 Os atos administrativos de aplicação das sanções previstas no item 11 e nos incisos III e IV, do art. 87, da Lei 8.666/93 bem como a rescisão contratual, serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União.

12 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1 Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá manifestar a intenção de recorrer, imediata e motivadamente, em campo próprio do sistema, quando lhe será concedido o **prazo de 3 dias úteis** para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

12.2 A falta de manifestação de intenção de recurso, imediata e motivada, da licitante quanto ao resultado do certame importará preclusão do direito recursal. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

12.3 Os recursos serão dirigidos à Secretaria de Administração do CNMP por intermédio do Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 5 dias úteis ou, nesse período, encaminha-lós à Secretaria de Administração, devidamente informado, para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

12.4 Declarada a vencedora da licitação, não havendo manifestação das demais licitantes quanto à intenção de interpor recurso, ou julgados os que interpostos forem, será o procedimento submetido à Secretária de Administração para homologação.

12.5 Encerrada a sessão pública, a ata respectiva será disponibilizada imediatamente na internet para acesso livre de todos os licitantes e à sociedade.

12.6 Os recursos relativos à aplicação das penalidades previstas no item 12 e no art. 87 da Lei nº 8.666/93, exceto para aquela definida no inciso IV da referida Lei, poderão ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.

12.7 No caso de declaração de inidoneidade, prevista no inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

12.8 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na sala da CPL, no Edifício-Sede II deste Conselho, sito: SAS Quadra 03, Bloco J - Sala 110, Asa Sul, Brasília-DF.



13- DO PRAZO DE ENTREGA E RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO.

13.1 Os Materiais, objeto deste Pregão, deverão ser entregues no Almoxarifado do CNMP, localizado no SAS Quadra 03, Bloco J - Asa Sul - Brasília/DF, Subsolo, no **prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos**, contados da confirmação do recebimento do pedido de fornecimento.

13.2 O CNMP convocará a adjudicatária para retirar a Nota de Empenho, a qual terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação para comparecer à Administração, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas neste Edital, sujeitando-se às penalidades aludidas nos termos do art. 81 da Lei nº 8.666/93, bem como ensejará a aplicação das sanções previstas no item 11 deste Edital e no art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

13.3 O prazo mencionado acima poderá ser prorrogado uma só vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Secretaria de Administração/CNMP, conforme previsto no § 1º, do art. 64, da Lei nº 8.666/93.

13.4 No fornecimento do objeto deverão ser observadas as especificações e demais orientações descritas neste Edital e no Termo de Referência (Anexo I).

13.5 Até a efetiva retirada da Nota de Empenho, poderá ser desclassificada a proposta da licitante vencedora, caso o CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO venha a ter conhecimento de fato desabonador à sua habilitação, conhecido após o julgamento.

13.6 A Nota de Empenho poderá ser anulada a qualquer tempo, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, com base nos motivos previstos nos arts. 77 e 78, na forma do art. 79, da Lei nº 8.666/93.

13.7 Em se tratando de bens importados, o contratado, deverá comprovar, no momento da entrega do objeto, a respectiva origem destes, bem como a apresentar prova de quitação dos tributos de importação a eles referentes, sob pena de rescisão contratual e multa (art. 3º, III, do Decreto 7.174, de 2010).

14 - DO RECEBIMENTO

14.1 - 1.O recebimento e aceitação do objeto deste Pregão obedecerão ao disposto no art. 73, inciso II e seus parágrafos, da Lei n.º 8.666/93, e se dará, em especial, da seguinte forma:

a) - **Recebimento Provisório:** para efeito de verificação da conformidade do material com a especificação, em até 5 (cinco) dias úteis.

b) - **Recebimento Definitivo:** no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento provisório, para verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.



15 - DA DOTAÇÃO

15.1 - As despesas para a aquisição do objeto do presente Edital correrão à conta do Programa/Atividade 03.062.0581.8010.0001, constante do orçamento do CNMP para este fim.

16- DO PAGAMENTO

16.1 O pagamento será efetuado a favor do licitante vencedor até o 10º (décimo) dia útil após o recebimento definitivo e aceitação dos objeto, mediante apresentação da respectiva nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente, por meio de Crédito Bancário e de acordo com as condições constantes na proposta da empresa e aceito pelo CNMP, nos termos especificados no Termo de Referência constante do Anexo I.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 A Autoridade Competente do CNMP poderá anular ou revogar a presente licitação, bem como não homologar total ou parcialmente o objeto licitado, desde que não atendidas as exigências constantes neste Edital e seus Anexos, ou por interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, devendo anula-lá por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, com as devidas justificativas, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93, sendo assegurado o contraditório e a ampla defesa.

17.2 A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera a obrigação de indenizar, por parte da Administração, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei nº 8.666/93.

17.3 O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto nos parágrafos 1º e 2º, inciso II, do art. 65, da Lei nº 8.666/93, mediante prévia comunicação formal e expressa por parte do CNMP à CONTRATADA, e desde que verificada a existência de dotação orçamentária e financeira para os acréscimos que se fizerem necessários, respeitados os limites legais.

17.4 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que, durante a realização da sessão pública do pregão, seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, sendo possível ao Pregoeiro solicitar pareceres técnicos, pedir esclarecimentos e promover diligências em qualquer fase do presente certame e sempre que julgar necessário.

17.5 As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

propostas e o CNMP não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.6 Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

17.7 Para fins de aplicação das sanções administrativas constantes no item 11 do presente Edital, o lance é considerado proposta.

17.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos nos dias úteis em que houver expediente no CNMP.

17.9 Este Edital será fornecido a qualquer interessado nos sítios www.comprasnet.gov.br e www.cnmp.gov.br.

17.10 As licitantes, após a publicação oficial deste Edital, ficarão responsáveis pelo acompanhamento, mediante o acesso aos sítios mencionados no subitem 17.8, das eventuais republicações e/ou retificações de Edital, respostas a questionamentos e impugnações ou quaisquer outras ocorrências que porventura possam ou não implicar em mudanças nos prazos de apresentação da proposta e da abertura da sessão pública.

17.11 Independente de declaração expressa, a simples participação nesta licitação implica em aceitação plena das condições estipuladas neste edital, decaindo do direito de impugnar os seus termos o licitante que, o tendo aceito sem objeção, vier, após o julgamento desfavorável, apresentar falhas e irregularidades que o viciem.

17.12 O CNMP não é unidade cadastradora do SICAF, apenas realiza consulta junto ao mesmo.

17.13 Os casos omissos serão dirimidas pelo Pregoeiro no Conselho Nacional do Ministério correio eletrônico: cpl@cnmp.gov.br

17.14 O foro da Justiça Federal da cidade de Brasília-DF é o competente para dirimir quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital.

Brasília, 21 de novembro de 2011.

Francimar Oliveira Cavalcante
CPL/CNMP



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 49/2011
MODALIDADE - PREGÃO ELETRÔNICO
PROCESSO Nº 0.00.002.001424/2011-32
UASG - 590001

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo: 0.00.002.001424/2011-32

Interessado: Secretaria de Tecnologia da Informação - STI

AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DO OBJETO

Aquisição de componentes necessários para a manutenção e continuidade do funcionamento do parque de Tecnologia da Informação do CNMP, incluindo os **serviços de assistência técnica *on-site* e garantia para os itens 1, 2, 7 e 11**, conforme especificações e condições abaixo:

Item	Material	Qtd.	Descrição
1	LTO Ultrium 4 800GB Data Cartridge	24	Capacidade do Cartucho (mínimo): 800 GB (1.6 TB com 2:1 compressão) Tamanho da fita: 820 m Tamanho do cartucho: 102.0 mm x 105.4 mm x 21.5 mm
2	Discos SATA 1TB		Interface:SATA 3Gb/s; Cache: 32MB; Capacidade: 1TB; Características Físicas: Altura: 26.1mm; Largura: 101.6mm;



		9	Comprimento: 146.99mm; Características de Performance : Velocidade de rotação (mínima): 7200 RPM; Latência Média(máxima): 4.16ms; Tempo de busca para leitura (aleatória): 8.5ms; Tempo de busca para escrita (aleatória): 9.5ms; Características de Confiabilidade: Taxa anual de falha: 0.73% (mínima) Compatibilidade: Storage IBM DS 4700
3	Patch Cord Categoria 5e com conectores RJ45	400	Atender a norma ANSI/EIA/TIA 568A e ao boletim técnico TIA/EIA TSB40-A em todos os aspectos (características elétricas, mecânica, etc.) Deve ter conectores modulares de 8 posições do tipo RJ45 de ambos os lados De acordo com o item 6.3 do TSB40A e com o item 10.5.3 da ANSI/EIA/TIA 568A os patch cords devem utilizar um cordão de 4 pares, flexível, com condutores multifilares de 24 AWG. Cor: Azul Listado pelos Laboratórios UL. Suportar taxas de transmissão de até 155 Mbps Deve atender os requisitos de Categoria 5, conforme o item 6.4 do TIA/EIA TSB40-A, que referencia o TIA/EIA TSB36. A pinagem deve estar de acordo com o item 6.3.2 da TIA/EIA TSB40-A, e utilizar a opção T568B. Tamanho 1,5m
4	Patch Cord Categoria 6e com conectores RJ45	100	Conforme descrição acima. Tamanho 5m
5	Patch Cord Categoria 6 com conectores RJ45	150	Conforme descrição acima. Tamanho 4m
6	Patch Cord Categoria 5e com conectores RJ45	150	Conforme descrição acima. Tamanho 2,5m
7	Baterias para notebook		Bateria de 9 células de lithium-ion;



	DELL VOSTRO 1310	6	Tensão: 11.1V Potência aparente: 6.200mAh Potência real: 69Wh;
8	Caixa de Ferramentas para manutenção de equipamentos de informática	2	Todas as ferramentas deverão ser desmagnetizadas; Conjunto com 20 peças ou mais contendo no mínimo as seguintes ferramentas: - Estojo para guardar as ferramentas - Alicate bico fino - Alicate diagonal - Cortador de fios - Ferro de soldar 30W (somente 220V) - Chave Phillips nº 0 - Chave Phillips nº 1 - Chave de Fenda reversível p/ Phillips nº 2 e 1/4 - Chave de Fenda reversível p/ T10/T15 torx - Chave de fenda 1/4" - Chave de fenda 3/16 " - Chave de Porca 1/8" - Chave de Porca 3/16" - Extrator - Tubo p/ peças sobressalentes - Pinça p/ chips anti-estática - Pinça c/ 3 dentes - Pinça T1 p/ soldar e segurar - Insersor de chip anti-estático
9	Kit de Ferramentas de Precisão para equipamentos de informática	2	Conjunto com 30 Peças (chave de fenda de precisão), contendo no mínimo. Tamanho do conjunto destas chave: - 2,5 / 3,0 / 3,5 / 4,0 / 4,5 / 5,0 / 5,5 milímetros - T4 / T5 / T6 / T7 / T8 / T10 / T15 - PH00 / PH0 / PH1 / PH2 - 1,5 / 2,0 / 2,5 / 3,0 / 4,0



			<ul style="list-style-type: none">- 2.3- 1.5 / 2.0- 2,6 m- 3.0- 1.0mm
10	Testador de Cabos RJ45 e RJ11	2	<ul style="list-style-type: none">▪ - Equipamento para medir a continuidade de cabos de rede padrão RJ45 e cabos telefônicos padrão RJ11.- Permite verificar cabos de grandes extensões.
11	Leitoras Óticas (scanner de mão)	50	<ul style="list-style-type: none">• Possibilitar os dois tipos de acionamento através do gatilho ou com feixe luminoso contínuo;• fonte de luz mínimo 650nm +/- 10nm;• velocidade de varredura/leitura mínimo 60 varreduras (leituras) por segundo;• contraste: máximo 35%;• distância de leitura: mínimo 1cm - máximo 20cm;• tamanho do cabo: mínimo de 1,5m;• resistência a queda: mínimo 1,5m;• simbologia mínima desejada: UPCA E, código 39, código 39 ASCII completo, codabar, pharma code, intercalado 2 de 5, matrix 2 de 5, código 93, código 128, EAN 128, MSI, EAN 8/13, plessy RSS 14, código 49, código de barras 3 de 9 (true type);• corrente máxima: 100mA;• Características de compatibilidade: interface USB;• Características físicas, elétricas e ambientais: carcaça em material rígido e resistente, carcaça contendo número de série, marca e modelo, acabamento externo com pintura uniforme sem deformações e arestas cortantes; possuir suporte apropriado para a pistola quando na condição de descanso; O equipamento deve possibilitar com o leitor ligado diversas programações que deverão ficar



			<p>armazenadas em dispositivo de memória mesmo após perdas de energia.</p> <ul style="list-style-type: none">• Equipamentos novos e de primeiro uso.• Serão instalados em microcomputadores com SO: Windows XP e superior.
--	--	--	---

DA JUSTIFICATIVA

Atender as demandas das Secretarias dos Gabinetes dos Conselheiros e das Secretarias das áreas meio do CNMP, no processo de cadastro e consulta de processos judiciais e administrativos, bem como para o pagamento de faturas que possuem código de barras.

Com a ampliação do uso do Sistema FENIX, mais servidores estão realizando operações diárias com os sistemas e, visando agilizar os trabalhos, é necessária a utilização de leitora ótica para a captura dos códigos de barras dos processos em andamento no CNMP, bem como para o pagamento de faturas que possuem código de barras.

GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Período de Garantia

O período de Garantia Técnica deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses para os itens 1 a 10. Para o item 11, 36 (trinta e seis) meses.

Forma de Atendimento da Assistência Técnica

- A Contratada deverá disponibilizar “Central de Atendimento” para abertura de chamado de Assistência Técnica, em dias úteis (segunda-feira a sexta-feira), em horário comercial (08h às 18h), indicando telefone 0800, ou número local em Brasília - DF. Os chamados poderão ser abertos pela equipe técnica do Conselho Nacional do Ministério Público.
- O atendimento será do tipo *on site* mediante manutenção corretiva nas dependências do CNMP no Distrito Federal, em dias úteis (segunda-feira a sexta-feira), em horário comercial (08h às 18h), por profissionais especializados e deverá cobrir todo e qualquer defeito apresentado, incluindo o fornecimento e a substituição de peças e/ou componentes, ajustes, reparos e correções necessárias.
- O atendimento deverá ocorrer em, no máximo, 2 (dois) dias e o prazo máximo para solução de problemas deverá ser de 4 (quatro) dias corridos e contados após a abertura do chamado, excluindo-se sábados, domingos e feriados; incluindo a troca de peças e/ou componentes mecânicos ou eletrônicos.



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

- A substituição de peças e/ou componentes mecânicos ou eletrônicos de marcas e/ou modelos diferentes dos originais cotados pela Contratada, desde que o fabricante assegure que não haverá perda da garantia, somente poderá ser efetuada mediante análise e autorização do Contratante.
- Todas as peças e componentes mecânicos ou eletrônicos substitutos deverão apresentar padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos utilizados na fabricação do(s) equipamento(s), sempre “novos e de primeiro uso”, não podendo ser recondicionados.

LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços de assistência técnica deverão ser prestados nas Sedes do CNMP, em Brasília-DF.

CNMP - Sede:

SHIS QI 03, Lote A, Bloco B, Edifício Terracotta
Lago Sul, Brasília/DF
CEP: 71605-200

CNMP - Sede Administrativa:

Setor de Autarquias Sul, Quadra 3, Bloco “J”
Asa Sul, Brasília/DF
CEP: 70070-925

Obs.: em caso de mudança da(s) sede(s) do CNMP para outro local no Distrito Federal, o atendimento deverá continuar sendo prestado nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.

DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O contrato terá vigência da data de sua assinatura até a emissão do Termo de Recebimento Definitivo pelo CNMP, ressalvada a garantia, nos prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

DAS SANÇÕES

- a) as sanções a serem aplicadas em caso de inadimplemento da execução do objeto definidas neste Termo de Referência, sem prejuízo das penalidades estabelecidas no Edital.
- b) em caso de atraso na entrega dos equipamentos, será cobrada multa no valor de 0,7% por dia de atraso, calculada sobre o valor total dos equipamentos em mora, limitada a 30 (trinta) dias.
- c) em caso de atraso na solução do atendimento técnico, será cobrada multa no valor de valor de 0,3% por



dia de atraso para cada chamado não solucionado, calculada sobre o valor do equipamento, limitado a 30 (trinta) dias. Poderá haver mais de um chamado aberto simultaneamente por equipamento, razão pela qual poderá haver a cobrança cumulativa de multas sobre o atraso no atendimento técnico.

d) pelo descumprimento dos prazos limites estipulados nos itens anteriores, será aplicada multa de 0,1% sobre o valor total do contrato, além da multa estipulada no item originalmente descumprido.

LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

a) os equipamentos serão entregues no almoxarifado do CNMP, localizado na Sede Administrativa.

b) o **prazo de entrega será de 30 (trinta) dias corridos** e contados a partir da confirmação do recebimento do pedido de fornecimento.

c) os equipamentos deverão ser novos e de primeiro uso e deverão ser entregues em perfeito estado de funcionamento, sem marcas, amassados e arranhões.

DO RECEBIMENTO

a) o recebimento do objeto se dará, provisoriamente, em até 05 (cinco) dias úteis, no ato da entrega no almoxarifado do CNMP, na Sede Administrativa, para posterior verificação da conformidade com as especificações contidas neste Termo de Referência.

b) o recebimento definitivo se dará em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, após verificação de que os equipamentos foram entregues de acordo com as condições e as especificações deste Termo de Referência.

OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

a) proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais.

b) promover os pagamentos dentro do prazo estipulado, desde que sejam observadas as condições contratuais.

c) aplicar as sanções, conforme previsto no contrato.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

a) entregar o objeto do contrato conforme especificado e dentro do prazo de entrega estipulado neste Termo de Referência.

b) prestar garantia e assistência técnica conforme estabelecido neste Termo de Referência.



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 49/2011
MODALIDADE - PREGÃO ELETRÔNICO
PROCESSO Nº 0.00.002.001424/2011-32
UASG - 590001

ANEXO II

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇO

AO: CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2011

PROPOENTE: _____

CNPJ: _____

LOTE...

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QUANTIDADE (UNIDADES)	UND. FORNECIMENTO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL DO LOTE					

PRAZO DE VALIDADE DESTA PROPOSTA: _____

Obs.: Nos preços acima propostos estão inclusas todas as despesas e custos diretos e indiretos, como impostos, taxas, fretes, garantia e serviços de instalação.

DATA: ____/____/2011

PROPONENTE

CNPJ



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 49/2011
MODALIDADE - PREGÃO ELETRÔNICO
PROCESSO Nº 0.00.002.001424/2011-32
UASG - 590001

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE
(RESOLUÇÃO CNMP 01/2005 e nº 07/2006)

(Nome/razão social) _____, inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr. (a) _____ **DECLARO**, nos termos da Resolução nº 01, de 07 de novembro de 2005 e da Resolução nº 07, de 17 de abril de 2006, do Conselho Nacional do Ministério Público, para fins de contratação de prestação de serviços junto ao Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, que:

os sócios desta empresa, bem como seus gerentes e diretores **não são** cônjuges, companheiros(as) ou parentes, até o terceiro grau, inclusive, de membros do Conselho Nacional do Ministério Público e ou do Ministério Público da União (Ministério Público Federal, Ministério Público Militar, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios).

os sócios desta empresa, bem como seus gerentes e diretores **são** cônjuges, companheiros(as) ou parentes, até o terceiro grau, inclusive, de membros do Conselho Nacional do Ministério Público e ou do Ministério Público da União, abaixo identificado(s):

Nome do membro: _____

Cargo: _____

Órgão de Lotação: _____

Grau de Parentesco: _____

Por ser verdade, firmo a presente, sob as penas da lei.

Brasília, DF, _____ de _____ de 2011.

(Assinatura Representante Legal da Empresa)



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 49/2011
MODALIDADE - PREGÃO ELETRÔNICO
PROCESSO Nº 0.00.002.001424/2011-32

ANEXO IV

MINUTA DO TERMO DE GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Pelo presente instrumento particular, tendo de um lado o **CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, CNPJ n.º 11.439.520/0001-11, situado no SHIS QI 03, lote A, blocos B, E e G, - Lago Sul - Brasília/DF, doravante designada CONTRATANTE, e de outro lado, (nome da empresa), inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____ representada por _____, doravante designada CONTRATADA, é celebrado o presente TERMO DE GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA, decorrente do Pregão Eletrônico nº 49/2011 da CONTRATANTE, nos seguintes termos e condições:

1. Objeto: (descrever o item a ser garantido, a quantidade, número de série de cada um dos aparelhos e a data do recebimento definitivo)
2. Obrigações da Contratada:
 - 2.1. A CONTRATADA assegurará uma garantia de _____ (____) meses sobre o objeto acima descrito, contada a partir do recebimento definitivo pela CONTRATANTE.
 - 2.2. A Contratada deverá disponibilizar “Central de Atendimento” para abertura de chamado de Assistência Técnica, em dias úteis (segunda-feira a sexta-feira), em horário comercial (08h às 18h), indicando telefone 0800, ou número local em Brasília - DF. Os chamados poderão ser abertos pela equipe técnica do Conselho Nacional do Ministério Público.
 - 2.3. O atendimento será do tipo *on site* mediante manutenção corretiva nas dependências do CNMP no Distrito Federal, em dias úteis (segunda-feira a sexta-feira), em horário comercial (08h às 18h), por profissionais especializados e deverá cobrir todo e qualquer defeito apresentado, incluindo o fornecimento e a substituição de peças e/ou componentes, ajustes, reparos e correções necessárias.
 - 2.4. Caso a assistência técnica seja prestada fora de Brasília-DF, os gastos com transporte do bem, durante o período de garantia, serão de responsabilidade da



CONTRATADA.

2.5. A CONTRATADA será responsável pela retirada, transporte e devolução do bem, sem ônus para a CONTRATANTE.

2.6. O atendimento deverá ocorrer em, no máximo, 2 (dois) dias e o prazo máximo para solução de problemas deverá ser de 4 (quatro) dias corridos e contados após a abertura do chamado, excluindo-se sábados, domingos e feriados; incluindo a troca de peças e/ou componentes mecânicos ou eletrônicos.

2.7. Durante o período de garantia, a CONTRATADA deverá substituir ou reparar, as suas expensas, o objeto avariado, no prazo máximo de 4 (quatro) dias, exceto se o defeito for decorrência de utilização inadequada ou sofrer reparos por pessoas não autorizadas.

2.8. Todas as peças e componentes mecânicos ou eletrônicos substitutos deverão apresentar padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos utilizados na fabricação do(s) equipamento(s). A CONTRATADA deverá efetuar tal substituição com material original, novo e recomendado pelo fabricante. A substituição de peças e/ou componentes mecânicos ou eletrônicos de marcas e/ou modelos diferentes dos originais, somente poderá ocorrer no caso do fabricante assegurar que não haverá perda da garantia e mediante análise e autorização do Contratante.

3. Penalidades: A CONTRATADA que descumprir qualquer obrigação assumida neste Temo de Garantia e Assistência Técnica ficará sujeita às penalidades previstas nas Leis 10.520/02 e 8.666/93, bem como às penalidades previstas no item 11 do Edital de Licitação referente ao Pregão Eletrônico nº 49/2011 do Conselho Nacional do Ministério Público.

Brasília-DF, _____ de _____ de 2011.

Nome do Representante

Nome da Contratada